

AI. Nº - 196900.1205/09-9
AUTUADO - EMPÓRIO DISTRIBUIDORA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA.
AUTUANTE - JOSÉ MARIA MATOS MONTALVAN ESTEVES
ORIGEM - INFAZ JEQUIÉ
INTERNET 29.06.2010

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF Nº 0139-05/10

EMENTA: ICMS. 1. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. a) RECOLHIMENTO A MENOS. b) FALTA DE RECOLHIMENTO. Infrações elididas por se referirem a operações com mercadorias cuja alíquota interna é 7% e mercadoria sujeita à substituição tributária por parte do remetente. Infrações insubsistentes. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 15/12/2009 exige ICMS no valor de R\$1.739,08, em razão das seguintes infrações:

1. Efetuou a menos o recolhimento do ICMS antecipação parcial no valor de R\$1.323,11, na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante, nos meses outubro e dezembro de 2007, março, junho e setembro de 2008, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do estado. Multa de 50%;
2. Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação parcial no valor de R\$415,97, na condição de empresa de pequeno porte, relativo aos meses janeiro e novembro de 2008, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do estado. Multa de 50%;

O autuado, à fl. 51 dos autos, impugna o lançamento dizendo não serem devidos os valores das infrações pelas seguintes razões: Infração 01 – os totais das ocorrências 30/10/07, 31/12/07, 31/03/08, 30/06/08 e parte da ocorrência de 30/09/08, se referem a Margarina, mercadoria contemplada com a carga tributária interna de 7%, conforme art. 87, inciso XXXI do RICMS-BA, e quanto ao montante residual da ocorrência de 30/09/08, refere-se à mercadoria Farinha de Trigo, sujeita à substituição tributária por parte do remetente, conforme Protocolos ICMS 46/2000 e 05/2001; Infração 2 – Se refere à mercadoria Margarina, cuja alíquota interna é 7%.

O autuante, em sua informação fiscal de fls. 53 e 54, diz que em face das alegações do contribuinte e analisando a orientação DITRI/GECOT nº 001/2009, que no item 1.3 determina, quanto à Antecipação Parcial, a manutenção das reduções previstas no RICMS, além de reconhecer que a responsabilidade pelo recolhimento do imposto de produtos relacionados em protocolos interestaduais é do remetente da mercadoria, entende que assiste razão às alegações defensivas do contribuinte, pelo que conclui serem improcedentes os valores exigidos no Auto de Infração.

VOTO

Examinando os autos verifico que as Infrações cuidam da exigência da antecipação parcial devida por força do art. 352-A nas entradas interestaduais de comercialização, a ser efetuada pelo próprio adquirente, indep

inciso IX do art. 61, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição. Neste caso, observando a planilha original de fls. 13 e 14, que fundamentam o valor devido na Infração 2, vejo que o ICMS destacado nos documentos fiscais foi corretamente deduzido como crédito fiscal.

O autuado impugnou o lançamento dizendo que a exigência fiscal é indevida porque se refere a operações com mercadoria com tributação interna à alíquota de 7% ou de mercadoria sujeita à substituição tributária por parte do remetente, conforme protocolos interestaduais onde a Bahia e o estado onde se localiza o remetente são signatários, argumento que o autuante acolhe opinando pela improcedência do lançamento.

Analisando os autos, constato que as notas fiscais juntadas ao PAF pelo próprio autuante para subsidiar as infrações registram as mercadorias margarina e farinha de trigo o que corrobora com a pertinência dos argumentos da defesa e atesta a insubsistência do lançamento tributária, aliás, o que foi expressamente reconhecido pelo autuante por ocasião da informação fiscal.

Considerando que o conjunto das provas autuadas me convence que o lançamento de ofício não deve subsistir, estando descaracterizadas as infrações, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **196900.1205/09-9**, lavrado contra **EMPÓRIO DISTRIBUIDORA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 02 junho de 2010.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

JORGE INÁCIO DE AQUINO – RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA